

Boletim Número 32

Data: Setembro-Outubro/2005

EDITORIAL

Num momento em que o país passa por uma grave crise político-institucional, o 32º Boletim do PROEALC chega ao público trazendo artigos que buscam tecer algumas reflexões acerca da conjuntura atual do nosso país e da América Latina. O artigo de Renata Brasil já traz em seu próprio título importante reflexão acerca da conjuntura desigual na qual vivemos: “O problema do país não é a pobreza, mas a riqueza concentrada nas mãos de poucos”, demonstrando que, numa política de continuidade em relação aos governos anteriores, o governo Lula nada tem avançado no que se refere à diminuição da concentração de renda no país e à implementação de políticas de cunho redistributivo, realidade que vem se aprofundando em meio as constantes denúncias de fraudes e corrupção que perpassam o atual governo.

Ainda nesta edição, o artigo de Adolfo Wagner propõe a discussão sobre a América Latina atual, que se encontra em meio a diversas situações complexas, de caráter político, social e econômico, e por isso precisa voltar seu olhar para si, buscando compreender-se para solucionar seus impasses. Para tal, a obra do pensador brasileiro Rui Mauro Marini apresenta-se como uma ferramenta teórica importante, embora seja renegada pelas ciências sociais.

E ainda há o artigo de Suzane Duares que discute a estratégia estadunidense de ocupação militar e envio de tropas para outros países. Prática que hoje, mascarada através de um discurso hipócrita de pacificação e solidariedade, efetivamente tem sido utilizada como forma de controle político e responsável por diversas atrocidades contra os povos dos países que comportam este tipo de presença estrangeira como no caso do Haiti, Paraguai, Colômbia e Iraque. Além disso, estamos disponibilizando também nesta edição do boletim os resumos dos trabalhos apresentados na 5ª Semana de Graduação (UERJ Sem Muros) e na 14ª Semana de Iniciação Científica pelos bolsistas pesquisadores que compõe a equipe do PROEALC.

Debora de Castro da Rocha Graduanda de Filosofia - IFCH/UERJ e Pesquisadora Bolsista do PROEALC
Diego Felipe de Souza Queiroz Graduando de Filosofia - IFCH/UERJ e Pesquisador Bolsista do PROEALC

Tássya Moura Graduanda da FSS/UERJ e Pesquisadora Bolsista do PROEALC

Em Foco I

07 de Setembro: O Grito dos Excluídos

O Problema do País Não é a Pobreza, mas a Riqueza Concentrada nas Mãos de Poucos

*Renata Mena Brasil do Couto**

Há mais ou menos três meses o Brasil tem tomado conhecimento diariamente de graves denúncias de corrupção envolvendo o governo Lula, governos anteriores, e políticos de quase todos os partidos. Mas, nesse

mesmo período, outras coisas aconteceram (alguns números foram calculados a partir das últimas médias anuais):

- Foram pagos 36 bilhões de dólares de dívida externa aos banqueiros internacionais, ao FMI e Banco Mundial; recursos que saíram do país e nunca mais voltarão para ser aplicados em saúde, educação, habitação, etc;
- Cerca de 8 mil pessoas morreram nas grandes cidades vítimas da violência, muitas atingidas pelas balas da polícia que invade e aterroriza as comunidades pobres;
- 90 mil crianças morreram antes de completar 1 ano de vida;
- Nenhuma família sem-terra foi assentada pelo governo;
- Nenhuma família sem-teto recebeu moradia do governo;
- Cerca de 1000 famílias continuam a viver na rua no Rio;
- 13 milhões de trabalhadores e trabalhadoras continuaram desempregadas;
- 25 mil trabalhadores continuaram a ser explorados como escravos;
- No Haiti, onde tropas brasileiras agem contra as populações pobres da mesma maneira como faz a polícia aqui no Brasil, cerca de 50 pessoas foram mortas violentamente desde o início da ocupação, apenas pelos brasileiros.

Esses são apenas alguns exemplos dos sofrimentos e problemas do povo. Eles não começaram com a corrupção nem vão acabar somente com o fim da mesma. A causa está na concentração da renda, da terra, dos meios de comunicação, da riqueza, nas mãos de uns poucos grandes empresários, banqueiros e latifundiários. Nenhum dos governos até hoje, inclusive o governo Lula, quisera atacar os interesses dos ricos e poderosos, única forma de começar a atender as necessidades da grande maioria. No fundo, sempre governaram para os ricos, pelos ricos e financiados pelos ricos, que são os grandes patrocinadores da corrupção.

Por outro lado, o povo tem buscado enfrentar suas dificuldades através da luta e da organização. Sem-terra e sem-teto ocupam terras, terrenos e prédios abandonados. Comunidades protestam contra a violência policial. Estudantes e trabalhadores ocupam as ruas das cidades contra o aumento dos transportes e pelo passe livre. Trabalhadores entram em greve por melhores salários e condições de trabalho. Servidores públicos mobilizam-se contra as privatizações e o sucateamento dos serviços à população. A juventude e as comunidades mantêm a resistência cultural contra os grandes meios de comunicação. Movimentos sociais desmascararam a ALCA, a dívida externa e outros projetos do grande capital internacional através do plebiscito popular. Todas essas lutas são ignoradas, ou então criminalizadas e tratadas violentamente pelos governos.

Mas são essas lutas apontam o verdadeiro caminho para as mudanças que precisamos: a união e a organização popular! Nenhum governo fará nada a não ser obrigado pela força do povo organizado. Só teremos a verdadeira independência quando tomarmos nosso destino em nossas próprias mãos, acabando com o poder da minoria que explora e construindo o nosso Poder Popular!

*Bolsista Pesquisadora PROEALC/Graduanda da FSS/UERJ

Em Foco II

A atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini

A América Latina ao encontro de si mesma

*Adolfo Wagner**

A América Latina, neste ainda alvorecer de um novo século, encontra-se envolta em antigos dilemas.

De um lado, a pressão norte-americana para integrar a região sob os desígnios do “Consenso de Washington” e dos Tratados de Livre Comércio (TLC) continua, apesar de um aparente fracasso em torno das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Pesa favoravelmente às iniciativas estadunidenses os acordos bilaterais com alguns países latino-americanos. Nesta direção, um fato relevante foi a autorização do governo paraguaio para a instalação de um efetivo militar americano em seu território. Somando-se aqueles já sediados na Colômbia, isto reforça a estratégia do Estados Unidos para controlar economicamente e militarmente a região.

Contrastando com este cenário, persiste a crise de sustentação da governabilidade neoliberal. Esta vem se arrastando desde as quedas de Fujimori no Peru, de Peréz na Venezuela, Fernando de la Rúa na Argentina e algum tempo depois, de Mesa na Bolívia e Gutierrez no Equador.

É neste contexto que surgem os governos de Lula, Kirchner, Chavez e mais recentemente Tabaré Vázquez., que, guardadas as diferenças, vão propor e defender outros caminhos para a integração latino-americana. Destes, porém, devemos destacar o peso do governo brasileiro e a crise que incide sobre ele, bem como a proposta do governo venezuelano de lançar a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), como dois fatos cujos desdobramentos podem imprimir grande impacto sobre os destinos da América Latina.

No centro de toda esta conjuntura, seguem ganhando impulso os movimentos sociais que desde 1994, com o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), vêm construindo espaços de convergência e tomando iniciativas conjuntas objetivando criar as condições para viabilizar alternativas sociais, políticas e econômicas de caráter antineoliberais para a região.

Diante dos impasses e das questões enfrentadas pelos povos latino-americanos na atualidade, realiza-se hoje um esforço intelectual para conhecer as determinações de todo este processo. Multiplicam-se os seminários, conferências e estudos sobre este tema. É nesta direção – de uma América Latina que busca conhecer-se – que se faz fundamental o resgate da obra deste importante pensador, renegado pelas ciências sociais no Brasil, que foi Ruy Mauro Marini.

Ruy Mauro Marini: uma vida em militância e exílio

Marini nasceu em Barbacena, estado de Minas Gerais, em 1932. Tendo cursado o ginásio e o científico no Colégio Estadual de Barbacena, muda-se para o Rio, em 1950, com a intenção de preparar seu ingresso na universidade. Passam-se três anos antes da sua matrícula na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Transferiu-se, sem concluir o bacharelado, para a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), recentemente criada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Já no segundo ano do curso, começa a atuar como assistente do professor Alberto Guerreiro Ramos. Se formará em 1957 e em setembro de 1958 consegue uma bolsa para seguir os estudos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris – França. Ali, toma contato com um grupo que edita no Brasil a revista “Movimento Socialista”, órgão da juventude do Partido Socialista. Este grupo, com base principalmente no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, formará mais tarde a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), da qual juntamente com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – seus importantes parceiros intelectuais – será também um dirigente.

Retorna ao Brasil, por volta de 1960, então com 28 anos. Torna-se correspondente da Prensa Latina – agência cubana de notícias – e liga-se ao movimento estudantil, contribuindo para a edição do jornal “O Metropolitano”, da União Metropolitana de Estudantes (UMES). Em 1962 integra-se como auxiliar de ensino na Universidade de Brasília, tornando-se assistente no ano seguinte.

Em 1964 o golpe atinge duramente a UnB. Marini, junto com outros doze professores é demitido. Em julho é preso no Rio de Janeiro e levado ao Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR) aonde é mantido encarcerado e submetido às sessões de tortura (Sader, 2001:100-101). Solto, graças a um habeas corpus, é preso de novo quase em seguida e levado de volta à Brasília. Em dezembro, finalmente consegue um novo habeas corpus e quase três meses depois segue para o México em seu primeiro exílio.

Em 1969 deixa o México em direção a Santiago, no Chile. Em 1970, com a eleição de Salvador Allende para a presidência da república, aceita o convite do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). Ali encontrará o ambiente intelectual próprio para aprofundar suas reflexões acerca da realidade

latino-americana. É deste período o texto mais conhecido de Marini, “Dialética de la dependência: la economía exportadora”.

Até 1973, atuará politicamente próximo a uma importante organização da esquerda chilena – o Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Com o golpe militar no dia 11 de setembro daquele ano, ele e outros exilados brasileiros tomam o caminho do Panamá, permanecendo ali até fins de janeiro de 1974. Saiu de lá para o pelo Instituto Max Planck, em Starnberg, na Alemanha. Em setembro do mesmo ano rumo para o México, aonde lecionará na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da UNAM. Desde então, divide suas atividades entre o México e a Alemanha, o que seguirá até 1976 quando se radica definitivamente no primeiro. Em 1984, retorna para o Brasil pondo fim a um exílio de vinte anos, vindo a falecer em 1997, praticamente desconhecido em sua terra natal.

O olhar de Marini sobre a América Latina

O pensamento de Marini inscreve-se na tradição teórica da “teoria da dependência”. O nascimento desta, marca o esforço de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura sócio-econômica da América Latina que se processam a partir dos anos 30 e que se acentuam no pós-guerra. Estas mudanças seriam o resultado da internacionalização dos mercados internos dos países latino-americanos, a partir do que se configuraria “um novo caráter da dependência”. Esta seria engendrada por um padrão diferenciado de inversões do capital estrangeiro, correspondente às mudanças na divisão internacional do trabalho ocorridas na fase do capitalismo monopolista.

Para os “dependentistas” as relações dos países latino-americanos com os centros capitalistas inserem-se em uma estrutura definida e estabelecida a partir de uma divisão internacional do trabalho, na qual, como diz Marini, “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (Marini, 2000:109). Esta abordagem, cunhada por André Gunder Frank como o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, diferenciava os teóricos da dependência das teses do nacional-desenvolvimentismo, muito em voga até início dos anos 60.

Marini produzirá uma reflexão rigorosa e relativamente original sobre o desenvolvimento histórico da América Latina. Partindo da leitura de textos de Marx, Rosa Luxemburg, Lênin entre outros autores marxistas, para ele será “o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua geração e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado.” (Marini, 2000:106). É a partir do estudo do capitalismo periférico que, no entender de Marini, será possível a compreensão da dinâmica mais geral do processo de reprodução ampliada do capital.

Sinteticamente - e dentro dos limites deste pequeno texto – para ele, é a superexploração dos trabalhadores latino-americanos, a impossibilidade de se criar um mercado de consumo de massas, a transferência de quantidades cada vez maiores de valor para os países centrais, além da incapacidade estrutural da burguesia local em desenvolver um projeto de desenvolvimento auto-sustentado, que constituem as principais características do processo de acumulação de capital na América Latina.

Para Marini, o papel do cientista social comprometido com a visão de mundo das classes trabalhadoras é o de abrir “perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente” (Marini, 2000:151). Ao falar para os mais jovens ele diz que é preciso “interpretar este mundo nuevo, y más que eso, transformarlo, apuntando a una economía centrada em las necesidades de nuestros pueblos, a una democracia plena y participativa, a la superación de los prejuicios y exclusiones basados em factores étnicos y culturales, a la construcción de una América Latina integrada y solidária.” (Marini, 1993:10)

*Pesquisador Voluntário PROEALC

Em Foco III

Militarización: estrategia de dominación de los pueblos

*Suzane Duraes**

Una de las estrategias usadas por Estados Unidos para la dominación es el envío de tropas militares a países latinoamericanos. En nombre de la paz y de la solidaridad, el gobierno estadounidense ha cometido atrocidades contra los pueblos de países como Haití, Paraguay, Irak y Colombia. Ese asunto fue uno de los temas discutidos ayer (2), durante la III Cumbre de los Pueblos, que se realiza de 1 al 5 de noviembre en Mar del Plata, Argentina.

La mesa estuvo compuesta por representante de Cuba, Haití, Paraguay, Estados Unidos y Argentina que expusieron sobre las acciones y los efectos de la militarización en sus países. De acuerdo con Orlando Castillo, miembro del Servicio de Paz y Justicia de Paraguay (Serpaj), en su país existe la conciencia de que la presencia militar es para garantizar la seguridad de la población. "El pueblo cree que los militares forman parte de la estructura del estado". En su discurso Orlando afirmó que existen militares paraguayos protegiendo plantaciones transgénicas de Monsanto. "Muchos campesinos ha sido muertos en conflictos por la posesión de la tierra".

Según datos de Serpaj, las ciudades donde hubieron mayor número de visitas de militares estadounidenses, también existió grandes índices de asesinatos de campesinos. Por ejemplo, en la ciudad de Misiones no se registró ninguna muerte y hubo sólo una vista militar. Mientras que en San Pedro se registraron 18 asesinatos, en cinco visitas de tropas militares.

El haitiano Camille Chalmers, de la Red Jubileo Sur, apuntó un paradigma usado por el gobierno estadounidense para el envío de sus tropas militares, que es la de reconstrucción política, social y económica de países después de las guerras. "Esa es una forma de dominar países en nombre de la solidaridad". En 1995, en Haití, se realizaron entrevistas con el apoyo de Estados Unidos a 14 mil personas, con el fin de obtener informaciones sobre líderes populares. "A esos líderes se les ofreció visados estadounidenses para desestabilizar la lucha".

La directora de la Economía Global Exchange (EEUU), Deborah James relató su experiencia como hija de un ex militar estadounidense que actuó en la guerra de Irak. Ella afirmó que para Bush, la retirada de las tropas de Irak significa admitir el error del ataque al pueblo iraquí. Durante su presentación, ella se emocionó al recitar una poesía sobre la guerra de Fernando Soares, estadounidense, padre de hijo muerto en Irak. Deborah incentivó la lucha contra la militarización, contó sobre la marcha contra la Guerra de Irak, realizada en 20 de septiembre de este año en Washington y que reunió más de 250 mil personas, entre ellas veteranos militares.

En defensa de la libertad de los cinco cubanos presos injustamente en EEUU, Rosa Aurora, esposa de uno de ellos pidió que las organizaciones envíen cartas al gobierno de Bush, solicitando la libertad de los cubanos, presos hace siete años. La primera victoria fue en agosto de este año cuando el tribunal de Atlanta anuló el juicio. Ahora, ellos aguardan el resultado de la apelación realizada por el gobierno de EEUU que no acató la decisión del tribunal.

Fonte: Servicio Informativo "Alai-amlatina - Minga Informativa / MPA

Espaço Aberto

Resumos dos trabalhos apresentados na 5ª Semana de Graduação

Os efeitos perversos do neoliberalismo na democracia latino-americana

Debora de Castro da Rocha (Bolsista de Extensão)

Marco Aurélio Pinna de Carvalho (Pesquisador Voluntário)

Orientadora: Silene de Moraes Freire (CCS / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL)

O trabalho faz parte da linha de pesquisa “Processos Políticos na América Latina Contemporânea”, desenvolvida no Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC-. O objeto central da pesquisa passa pelo reconhecimento de que nesta entrada do século XXI, a região encontra-se povoada por regimes políticos democráticos, conforme os cânones liberais. Entretanto, tal experiência histórica convive com a pior crise econômica e social atravessada pela América Latina. Tal crise, engendrada pelos ajustes neoliberais, revelou uma enorme fragilidade externa, que propiciou um rebaixamento econômico, político e social no panorama internacional, apontando a necessidade de analisarmos o significado da democracia neste cenário. Intencionamos analisar os processos políticos recentes visando compreender os limites da democracia no atual contexto. Temos como pressuposto que a democracia vem sendo resumida a existência do pleito eleitoral, desvinculando-se da cidadania, naturalizando as injustiças e desigualdades sociais. Metodologia: começamos a investigação pelos países integrados ao Mercosul, porém com projeções para o conjunto da região. A situação concreta vem sendo pesquisada nos principais jornais e revistas do Brasil e da literatura especializada. Resultado: Vem sendo constituído um banco de dados que será aberto para consulta, além de estar em elaboração uma cronologia dos principais fatos políticos, econômicos e sociais. Conclusão: O estudo vem suprimindo uma demanda política e teórica das ciências sociais com relação ao conhecimento dos processos políticos recentes.

O Serviço Social Frente as Recentes Metamorfoses da Questão Social na América Latina

Marcus Vinicius da Silva Paes (Bolsista de Estágio Interno Complementar)

Grace Kohlmann Bitencourt (Bolsista de Extensão)

Jete Simone Ferreira Costa (Pesquisadora Voluntária)

Douglas Ribeiro Barboza (Graduado em Serviço Social)

Marco Aurélio Moreira Silvério (Bolsista de Extensão)

Orientadora: Silene de Moraes Freire (CCS / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL)

O trabalho faz parte da linha de pesquisa: “As Metamorfoses da Questão Social: uma análise do contexto contemporâneo”, desenvolvida no Programa de Estudos de América Latina e Caribe. Objetivamos compreender o atual contexto sócio-político latino-americano considerando-o como elemento crucial para o fortalecimento da perspectiva crítica do Serviço Social na região. A proposta em se descobrir como vem sendo pensada a concepção político-social dessa profissão no início do novo milênio parte do pressuposto de que o impulso crítico, o espírito de ruptura e o grau de consciência alcançado por parte dos profissionais parecem ainda procurar espaços concretos de percepção do real papel do Serviço Social ante as metamorfoses da Questão Social no mundo contemporâneo. Dessa forma, buscamos efetuar um resgate do movimento de reconceituação e seus desdobramentos, mostrando as dificuldades em se propor uma alternativa cabal às necessidades de configuração de uma proposta renovadora na profissão. Temos como pressuposto que a atual conjuntura da América Latina, sob o impacto das políticas neoliberais, constituem o solo necessário para as reflexões cruciais no entendimento das questões em tela. A metodologia utilizada parte da conexão estreita entre Questão Social e Serviço Social, para desenvolvê-la analisamos currículos das Faculdades latino-americanas, realizamos entrevistas com vários profissionais da área e realizamos estudos de textos, livros,

teses, dissertações e monografias sobre o tema. Os resultados iniciais tem sido divulgados no Boletim PROEALC e em artigos da equipe.

Possibilidades e Limites Evidenciados Pelos Processos Políticos da América Latina na Contemporaneidade: os exemplos do Brasil e Venezuela

Diego Felipe de Souza Queiroz (Bolsista de Estágio Interno Complementar)

Orientadora: Silene de Moraes Freire (CCS / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL)

A América Latina hoje atravessa um momento peculiar, de suma importância. A hegemonia estadunidense e os projetos neoliberais dos países da região parecem passar por uma crise, e novos acontecimentos e movimentação políticas apontam para a possibilidade de mudanças em nosso continente. Porém, este cenário conjuntural particular também é preocupante devido à notória carência de projetos políticos capazes de evidenciar novos caminhos para construir uma alternativa social e política para a região. Nossa pesquisa consiste em um estudo dos acontecimentos e movimentações políticas ocorridas recentemente na América Latina através da análise de textos de jornais de grande circulação no Brasil, revistas e sites, além de um significativo estudo teórico sobre o tema. Seus frutos mais recentes são: elaboração de artigos no Boletim do Programa (PROEALC) e sua exposição em Porto Alegre, no XXV Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia. Nossa comunicação toma como objeto de estudo dois países em especial: Venezuela e Brasil que distintamente ilustram caminhos políticos diferenciados adotados recentemente na América Latina. Buscamos, através desses exemplos, propiciar um olhar crítico sobre novos paradigmas emergentes para região, seus limites e possibilidades na construção de uma América Latina livre, soberana e igualitária. Os resultados da investigação contam com alguns canais já estruturados: home page, Boletim Bimestral, revista e site do OSAL, que podem ser consultados diariamente. O desenvolvimento da pesquisa tem confirmado a importância desse debate.

Resumos dos trabalhos apresentados na 14ª SEMIC - UERJ

Os impactos do Neoliberalismo na questão dos Direitos Humanos no Brasil

Tássya Moura (PIBIC/CNPq)

Orientadora: Silene de Moraes Freire (CCS / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL)

Este trabalho faz parte da linha de pesquisa “Serviço Social e Direitos Humanos” e tem por objetivo desmistificar a “natural” relação existente entre pobreza e criminalidade, ressaltando seus cruéis efeitos contra a garantia dos Direitos Humanos no Brasil. Durante o fim da década de 1980 e toda a década de 1990, principalmente a partir do governo FHC, o Brasil consolidou um capitalismo neoliberal marcado por um Estado forte na sua capacidade de lançar estratégias que visem o acúmulo do capital, e pouco no que se refere à intervenção econômica e a implementação de políticas sociais de cunho redistributivo, fortalecendo assim a criação do “Estado Mínimo” brasileiro. Essa conjuntura aprofunda ainda mais a histórica concentração de renda do país, onde 10% dos mais ricos detêm 75,4% das riquezas, ao passo em que os 10% mais pobres detêm somente 1,1% da riqueza nacional (IBGE, 2004), constatando um quadro que se arrasta por anos e que se mantém praticamente inalterado sob o mandato de um presidente e um partido originário dos movimentos sociais. Assim, verificamos um aprofundamento das políticas de cunho compensatório, num cenário em que as propostas imediatas de enfrentamento da Questão Social vêm atualizando a articulação assistencial focalizada e repressão, evidenciando um violento processo de criminalização das expressões da Questão Social, reciclando-se a noção de classes perigosas, sujeitas à repressão e extinção. Neste contexto, as prisões assumem um papel fundamental no controle e manutenção da ordem, dando um trato penal às mazelas da Questão Social, o que se reflete claramente no perfil da população carcerária brasileira: São jovens, 54% tem menos de 30 anos, pobres e de pouca escolaridade, sendo 10,4 % analfabetos e 69,5 % possuem apenas o 1º grau completo (Justiça Global, 2004). Com um Judiciário conservador e sem controle externo, um executivo marcado por corrupção, violência e inúmeras outras violações de Direitos Humanos e um legislativo cada vez mais endurecido, este quadro reflete um país marcado por um Sistema Jurídico, uma polícia e políticas

públicas voltadas para a manutenção da ordem através do controle e da repressão dos guetos pobres, contribuindo assim para a criminalização da pobreza, dos grupos e movimentos sociais. A metodologia utilizada centra-se na investigação empírica, através do estudo dos dados colhidos nos jornais de grande circulação do Brasil referentes à década de 1990 e início do século XXI, bem como o estudo das publicações mais relevantes sobre o tema. O desenvolvimento da pesquisa confirma a importância do debate, sobretudo no âmbito do Serviço Social, que além de ter como lócus privilegiado da sua intervenção profissional a “Questão Social” apresenta como um dos princípios fundamentais do seu Código de Ética a defesa intransigente dos Direitos Humanos.

Os novos condicionantes históricos da pobreza no Brasil: aportes para o debate

Talita Freire Moreira (PIBIC/UERJ)

Verônica Massari Calvente (Bolsista de Extensão - UERJ)

Orientadora: SILENE DE MORAES FREIRE (CCS / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL)

O trabalho é fruto da linha de pesquisa “Pobreza e Exclusão Social: Análise das novas Expressões da Questão Social no Brasil”, desenvolvida no Programa de Estudos de América Latina e Caribe e examina algumas das questões mais significativas do debate contemporâneo sobre o tema da pobreza. O objeto ‘nova pobreza’ tem adquirido importância fundamental na justificação de políticas públicas em toda a América Latina, sobretudo porque permite analisar a Questão Social a partir da integração ativa de fenômenos econômicos e sociais, que constituem grandes desafios aos regimes políticos e a estabilidade dos processos econômicos. Se é correto afirmarmos que não podemos atribuir à globalização neoliberal o surgimento da pobreza nos países periféricos e dependentes no mundo capitalista, também é certo que houve um agravamento das condições estruturais determinantes da pobreza, assim como o surgimento de outros determinantes que passam a configurar o quadro de pobreza ampliada e nos permite falar no fenômeno da nova pobreza para caracterizar essas novas condições. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é discutir, de maneira preliminar, algumas hipóteses sobre a conjugação de pobreza, exclusão social e desigualdade, entendida como estritamente relacionada à dinâmica política e sócio-econômica atual do Brasil. Para evidenciar esse traço, utilizamos fontes como artigos, teses, monografias, dissertações, livros, revistas e jornais referentes à década de 1990 e início do século XXI. Já contam, os resultados da investigação, com alguns canais estruturados: cronologia da década de 1990; produção de artigos; Boletim Bimestral PROEALC; Home-page do PROEALC; intercâmbio com a CLACSO; participação com apresentação de trabalho em congressos nacionais e internacionais. Finalmente, é importante ressaltar que as políticas sociais não podem ser consideradas, por si mesmas, soluções para a desigualdade e a pobreza. A análise destas fontes tem confirmado que o saldo de uma década de reformas neoliberais comprova que a retomada do crescimento econômico não é suficiente para dar conta do amplo deterioramento das condições de vida e do empobrecimento de grandes setores da população, por isso, torna-se um desafio, resgatarmos a história como solo fértil, para a construção de propostas que rompam com o viés orgânico da desigualdade nas sociedades latino-americanas, em particular o Brasil.

Principais características dos Conflitos Sociais no Governo Lula

Liviana de Oliveira Conceição (PIBIC/CNPq)

Orientadora: Silene de Moraes Freire (CCS / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL)

O presente trabalho resulta do projeto de pesquisa “Estado, Conflitos Sociais e Questão Social no Brasil (1995-2005)”, desenvolvido no Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), do CCS. O atual cenário no Brasil é paradoxal. De um lado temos um mandato eleitoral apoiado por bases populares, que acreditavam na possibilidade de implementação de um programa político transformador, e por outro, um governo sumamente cauteloso, que vem priorizando o apaziguamento do mercado. Em um primeiro momento, a eleição de um governo que se autodenomina de esquerda criou a expectativa de mudança na resposta do Estado brasileiro face às expressões da chamada Questão Social entre os movimentos sociais. Entretanto, o continuísmo e aprofundamento do modelo econômico da gestão anterior recolocou em novos moldes o antagonismo social no país. Neste sentido, objetivamos analisar as contradições que permeiam as intervenções do Estado brasileiro e as expressões da conflitividade social no país nos dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2004). O desenvolvimento da pesquisa tem confirmado a importância deste debate, tendo em vista o mapeamento e uma maior compreensão das novas bases de

produção dos conflitos sociais no Brasil. A metodologia baseia-se no acompanhamento diário dos principais fatos relacionados a conflitividade social no Brasil no período abrangido pela pesquisa. Tais informações, coletadas nos principais veículos de comunicação no país (jornais, revistas e informativos eletrônicos), são analisadas e sistematizadas pela equipe, com a finalidade da construção de um banco de dados sobre as diferentes formas de expressão da Questão Social e de seu enfrentamento. A organização destas informações tem por base a compreensão do conflito social como “todo fato social que a partir da ação de algum ator/ agente, em busca de certas reivindicações ou objetivos, implique numa ruptura ou alteração da vida social ou da reprodução das relações sociais”. A pesquisa já conta com alguns canais estruturados para a divulgação dos resultados. Resultados: O antagonismo social contemporâneo extrapola a esfera do trabalho para abranger o conjunto das realidades sociais transformadas pelas políticas de cunho neoliberal. Os conflitos mais recentes demonstram o caráter diversificado e disperso da conflitividade social. As principais formas de conflitos no período analisado foram às ocupações relacionadas à questão agrária, tendo o MST como principal protagonista, e nas áreas urbanas os movimentos ligados ao acesso à moradia. Em seguida, aparecem as greves do funcionalismo público, com destaque para os profissionais da área da educação e de segurança pública. Manifestações públicas (atos, passeatas, protestos) ocorreram em menor proporção, em grande parte promovidas pelas centrais sindicais, como forma de reação as contra-reformas sindical, trabalhista e universitária; bem como os conflitos relacionados aos trabalhadores informais.

Expediente

Reitor

Prof^o Nival Nunes de Almeida

Vice-reitor

Prof^o Ronaldo Martins Lauria

Sub-reitor de Graduação

Prof^a Raquel Marques Villardi

Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Prof^a Albanita Viana de Oliveira

Sub-reitor de Extensão e Cultura

Prof^a Maria Georgina Muniz Washington

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Prof^a Rosângela Martins Alcântara Zagaglia

Coordenadora do PROEALC

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial

Adolfo Wagner (Pesquisador PROEALC)

Coordenação de Produção

Bruno Sayão Rosa (FSS/UERJ), Talita Freire Moreira

(PROEALC/FSS/UERJ), Verônica Massari Calvente

(PROEALC/FSS/UERJ), Renata Mena Brasil Couto

(PROEALC/FSS/UERJ)

Colaboradores

Adolfo Wagner (Pesquisador PROEALC)

Renata Mena Brasil Couto (FSS/UERJ)

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Bruno Sayão Rosa (FSS/UERJ)

Revisão

Equipe PROEALC